



Supremo Tribunal Federal
Inq 0004385 - 14/03/2017 17:51
0002667-74.2017.1.00.0000



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

Nº 54374/2017 – GTLJ/PGR
Relator: Ministro Edson Fachin
Distribuição por conexão à Petição nº 6530

SIGILOSO

**PROCESSO PENAL. PROCEDIMENTO SIGI-
LOSO. ACORDOS DE COLABORAÇÃO PRE-
MIADA. ELEMENTOS QUE INDICAM A
POSSÍVEL EXISTÊNCIA DE CRIMES. EN-
VOLVIMENTO DE AGENTE PÚBLICO DE-
TENTOR DE FORO POR PRERROGATIVA DE
FUNÇÃO. MANIFESTAÇÃO PELA INSTAURA-
ÇÃO DE INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DOS
FATOS.**

1. Trata-se de acordos de colaboração premiada firmados por envolvidos em investigação criminal referente à chamada “Operação Lava Jato” e submetidos à apreciação do Supremo.
2. A análise de Termos de Depoimento aponta para o possível envolvimento de autoridade com foro por prerrogativa, nos termos do 102, inciso I, “b” e “c”, da Constituição Federal, com fatos ilícitos.
3. Suposta prática do crime falsidade ideológica eleitoral previsto no art. 350 do Código Eleitoral.
4. Manifestação pela instauração de inquérito.

O Procurador-Geral da República vem perante Vossa Excelência se manifestar pela **INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO** em face do Deputado Federal **MARCO AURELIO SPALL MAIA**, consoante os elementos fáticos e

03

jurídicos a seguir expostos.

1. Da contextualização dos fatos

O Ministério Público Federal, no decorrer das investigações da Operação Lava Jato, firmou acordos de colaboração premiada com 77 (setenta e sete) executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, havendo protocolizado, em 19.12.2016, Petições no Supremo Tribunal Federal visando à homologação dos referidos acordos, nos termos do disposto no art. 4º, § 7º, da Lei 12.850/2013.

Em decorrência dos referidos acordos de colaboração, foram prestados por seus respectivos colaboradores centenas de termos de colaboração, no bojo dos quais se relatou a prática de distintos crimes por pessoas com e sem foro por prerrogativa de função no Supremo Tribunal Federal.

A Ministra Presidente dessa Corte Suprema, em 28.1.2017, determinou a homologação dos acordos de colaboração em referência, após, vieram os autos à Procuradoria-Geral da República *“para manifestação sobre os termos de depoimento veiculados nestes autos, no prazo de até 15 (quinze) dias”*.

2. Do caso concreto

Os presentes autos tratam do Termo de Depoimento nº 25 de CLÁUDIO MELO FILHO que versa sobre repasse de valores ao Deputado Federal MARCO MAIA a pretexto de campanha eleitoral.

CLÁUDIO MELO FILHO, então Diretor de Relações Institucionais do grupo Odebrecht, encontrou-se, em novembro de 2011, com o Deputado Federal MARCO MAIA, então Presidente da Câmara dos Deputados, em viagem promovida pela empresa Odebrecht em Nova Iorque com a agenda de defesa do setor petroquímico.

O Diretor de Relações Institucionais da BRASKEM, CARLOS PARENTE, tinha relação próxima com MARCO MAIA e apresentou a CLÁUDIO MELO o senhor NAZUR, que era assessor de MARCO MAIA.

O colaborador narra que também esteve com MARCO MAIA, enquanto ele ainda era Presidente da Câmara dos Deputados, em jantar de cortesia na residência oficial oferecido ao Presidente do Grupo, MARCELO ODEBRECHT.

Posteriormente, durante a campanha eleitoral de 2014, entre agosto e setembro, CLÁUDIO MELO FILHO relata ter sido procurado por MARCO MAIA e se encontrou com ele em seu gabinete, ocasião em que solicitou ao colaborador contribuições financeiras a pretexto de sua candidatura à Câmara dos Deputados.



orl

CLÁUDIO MELO FILHO narra que MARCELO ODEBRECHT autorizou a realização do pagamento por parte da área de Operações Estruturadas da Odebrecht¹, tendo sido identificados, no sistema DROUSYS², dois pagamentos a MARCO MAIA, no total de R\$ 1.350.000,00, entre setembro e outubro de 2014.

O documento apresentado como prova de corroboração por CLÁUDIO MELO FILHO aponta pagamentos identificados com o codinome "GREMISTA".

No caso em apreço, não houve registro do repasse financeiro mencionado junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

3. Da tipificação

As condutas de MARCO MAIA, pessoa com foro por prerrogativa de função³, apontam, ao menos, para eventual crime de falsi-

1 Cumpre esclarecer que a área de operações estruturadas foi criada durante a Presidência de Marcelo Odebrecht com a finalidade de administração e pagamento de recursos não contabilizados - vantagens indevidas a agentes públicos - aprovados por Marcelo e, a partir de 2009, também pelos Líderes Empresariais do Grupo Odebrecht desde que relacionados a obras da empresa. Com o intuito de resguardar a identidade do beneficiário final, os Líderes da Empresa que solicitavam os valores eram instruídos a criar um codinome ou apelido para o destinatário final do pagamento, sendo a entrega feita em uma determinada conta no exterior ou em determinado endereço em território nacional

2 O Drousys foi um sistema de informática paralelo ao sistema de informática oficial da Odebrecht, de acesso restrito, para pagamento e controle de operações financeiras da área de operações estruturadas, tendo sido instituído em 2007 ou 2008, para o aperfeiçoamento da comunicação entre os operadores e officers de bancos.

3 O Drousys foi um sistema de informática paralelo ao sistema de informática oficial da Odebrecht, de acesso restrito, para pagamento e controle de operações financeiras da área de operações estruturadas, tendo sido instituído em 2007 ou 2008, para o aperfeiçoamento da comunicação entre os operadores e officers de bancos.

3 Constituição Federal. Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: (...) b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República; c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os

dade ideológica eleitoral:

Art. 350. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, para fins eleitorais:

Pena - reclusão até cinco anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa, se o documento é público, e reclusão até três anos e pagamento de 3 a 10 dias-multa se o documento é particular.

Parágrafo único. Se o agente da falsidade documental é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo ou se a falsificação ou alteração é de assentamentos de registro civil, a pena é agravada.

4. Dos requerimentos

Em face do exposto, o Procurador-Geral da República requer:

a) **instauração de inquérito**, com prazo inicial de 30 (trinta) dias, devendo a autoridade policial, adotar as seguintes diligências sem prejuízo de outras que entender pertinentes:

a.1) a oitiva do colaborador CLAUDIO MELO FILHO, para esclarecimentos e detalhamento dos relatos, sobretudo das datas dos encontros com os prepostos, dos locais e dos valores, bem como das pessoas que operacionalizaram o repasse;

a.2) juntada aos autos da prestação de contas eleitoral apresentada pelo parlamentar MARCO AURELIO SPALL MAIA,

Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente.

028

nas eleições de 2014;

a.3) levantamento de todas as doações eleitorais feitas pela ODEBRECHT, ou por qualquer sociedade empresária do seu grupo econômico, em favor de MARCO MAIA;

a.4) oitiva do investigado;

b) juntada aos autos do Termo de Depoimento nº 25 de CLÁUDIO MELO FILHO, bem como dos documentos apresentados por ele; e

c) o levantamento do sigilo em relação ao termo de depoimento aqui referido, uma vez que não mais subsistem motivos para tanto⁴.

Brasília (DF), 13 de março de 2017

Rodrigo Janot Monteiro de Barros

Procurador-Geral da República

MF/SB/CN/AC

4 "É certo que a Lei 12.850/2013, quando trata da colaboração premiada em investigações criminais, impõe regime de sigilo ao acordo e aos procedimentos correspondentes (art. 7º), sigilo que, em princípio, perdura até a decisão de recebimento da denúncia, se for o caso (art. 7º, § 3º). Essa restrição, todavia, tem como finalidades precípua (a) proteger a pessoa do colaborador e de seus próximos (art. 5º, II) e (b) garantir o êxito das investigações (art. 7º, § 2º). No caso, o desinteresse manifestado pelo órgão acusador revela não mais subsistirem razões a impor o regime restritivo de publicidade". (Pet 6121, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 25/10/2016, publicado em DJe-232 DIVULG 28/10/2016 PUBLIC 03/11/2016)

32-2

INA-4385

08/

MARCO MAIA
Manifestação nº 54374/2017 – GTLJ/PGR

Supremo Tribunal Federal

94

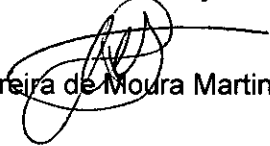
Secretaria Judiciária

CERTIDÃO

Inq nº 4385

Certifico que, em 14 de março de 2017, recebi o processo protocolizado sob o número em epígrafe, acompanhado de uma mídia.

Brasília, 14 de março de 2017.


Patrícia Pereira de Moura Martins – Mat. 1775

10m

Supremo Tribunal Federal
Secretaria Judiciária
Coordenadoria de Processamento Inicial

Termo de recebimento e autuação

Estes autos foram recebidos e autuados nas datas e com as observações abaixo:

Inq nº 4385

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

ORIGEM. : SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

NÚMERO DO PROCESSO NA ORIGEM : 4385

AUTOR(A/S)(ES): SOB SIGILO

PROC.(A/S)(ES): SOB SIGILO

INVEST.(A/S): SOB SIGILO

QTD.FOLHAS: 9 QTD.VOLUME: 1 QTD.APENSOS: 0

ASSUNTO:

DATA DE AUTUAÇÃO: 15/03/2017 - 18:47:24

Certidão de distribuição

Certifico, para os devidos fins, que estes autos foram distribuídos ao Senhor MIN. EDSON FACHIN, com a adoção dos seguintes parâmetros:

- Característica da distribuição: PREVENÇÃO DO RELATOR/SUCESSOR
- Processo que Justifica a prevenção Relator/Sucessor: PETIÇÃO nº 6530
- Justificativa: RISTF, art. 69, caput

DATA DE DISTRIBUIÇÃO: 16/03/2017 - 15:46:00

Brasília, 16 de Março de 2017.

Coordenadoria de Processamento Inicial
(documento eletrônico)

TERMO DE CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao(a)
Excelentíssimo(a) Senhor(a) Ministro(a)
Relator(a)
Brasília, 21 de março de 2017.

Patricia Pereira M. Martins - 1775

INQUÉRITO 4.385 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AUTOR(A/S)(ES) : SOB SIGILO
PROC.(A/S)(ES) : SOB SIGILO
INVEST.(A/S) : SOB SIGILO

DECISÃO: 1. O Procurador-Geral da República requer a abertura de inquérito para investigar fatos relacionados ao Deputado Federal Marco Aurélio Spall Maia, em razão das declarações prestadas pelo colaborador Cláudio Melo Filho (Termo de Depoimento n. 25).

Segundo o Ministério Público, relata o colaborador o pagamento de vantagens não contabilizadas no âmbito da campanha eleitoral do referido parlamentar, no ano de 2014, à Câmara dos Deputados. Esclarece-se que teriam sido repassados R\$ 1.350.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta mil reais), com pagamentos feitos por meio do Setor de Operações Estruturadas do Grupo Odebrecht, sendo o beneficiário identificado no "Drousys" com o apelido de "Gremista".

Sustentando o Procurador-Geral da República que a conduta descrita amolda-se, em tese, à figura típica contida no art. 350 do Código Eleitoral, requer, por fim, *"o levantamento do sigilo em relação ao termo de depoimento aqui referido, uma vez que não mais subsistem motivos para tanto"* (fl. 7).

2. Como sabido, apresentado o pedido de instauração de inquérito pelo Procurador-Geral da República, incumbe ao Relator deferi-lo, nos termos do art. 21, XV, do RISTF, não lhe competindo qualquer aprofundamento sobre o mérito das suspeitas indicadas, exceto se, a toda evidência, revelarem-se inteiramente infundadas, conforme as exceções elencadas nas letras "a" a "e", da norma regimental, as quais, registro, não se fazem presentes no caso.

3. Com relação ao pleito de levantamento do sigilo dos autos, anoto que, como regra geral, a Constituição Federal veda a restrição à publicidade dos atos processuais, ressalvada a hipótese em que a defesa do interesse social e da intimidade exigir providência diversa (art. 5º, LX), e desde que *"a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação"* (art. 93, IX).

INQ 4385 / DF

Percebe-se, nesse cenário, que a própria Constituição, em antecipado juízo de ponderação iluminado pelos ideais democráticos e republicanos, no campo dos atos jurisdicionais, prestigia o interesse público à informação. Acrescenta-se que a exigência de motivação e de publicidade das decisões judiciais integra o mesmo dispositivo constitucional (art. 93, IX), fato decorrente de uma razão lógica: ambas as imposições, a um só tempo, propiciam o controle da atividade jurisdicional tanto sob uma ótica endoprocessual (pelas partes e outros interessados), quanto extraprocessual (pelo povo em nome de quem o poder é exercido). Logo, o Estado-Juiz, devedor da prestação jurisdicional, ao aferir a indispensabilidade, ou não, da restrição à publicidade, não pode se afastar da eleição de diretrizes normativas vinculantes levadas a efeito pelo legislador constitucional.

D'outro lado, a Lei 12.850/2013, ao tratar da colaboração premiada em investigações criminais, impôs regime de sigilo ao acordo e aos procedimentos correspondentes (art. 7º), circunstância que, em princípio, perdura, se for o caso, até o eventual recebimento da denúncia (art. 7º, § 3º). Observe-se, entretanto, que referida sistemática deve ser compreendida à luz das regras e princípios constitucionais, tendo como lastro suas finalidades precípuas, quais sejam, a garantia do êxito das investigações (art. 7º, § 2º) e a proteção à pessoa do colaborador e de seus próximos (art. 5º, II). Não fosse isso, compete enfatizar que o mencionado art. 7º, § 3º relaciona-se ao exercício do direito de defesa, assegurando ao denunciado, após o recebimento da peça acusatória, e com os meios e recursos inerentes ao contraditório, a possibilidade de insurgir-se contra a denúncia. Todavia, referido dispositivo que, como dito, tem a preservação da ampla defesa como razão de ser, não veda a implementação da publicidade em momento processual anterior.

4. No caso, a manifestação do órgão acusador, destinatário da apuração para fins de formação da *opinio delicti*, revela, desde logo, que não mais subsistem, sob a ótica do sucesso da investigação, razões que determinem a manutenção do regime restritivo da publicidade.

Em relação aos direitos do colaborador, as particularidades da

INQ 4385 / DF

situação evidenciam que o contexto fático subjacente, notadamente o envolvimento em delitos associados à gestão da coisa pública, atraem o interesse público à informação e, portanto, desautorizam o afastamento da norma constitucional que confere predileção à publicidade dos atos processuais. Com esse pensamento, aliás, o saudoso Min. TEORI ZAVASCKI, meu antecessor na Relatoria de inúmeros feitos a este relacionados, já determinou o levantamento do sigilo em autos de colaborações premiadas em diversas oportunidades, citando-se: Pet. 6.149 (23.11.2016); Pet. 6.122 (18.11.2016); Pet. 6.150 (21.11.2016); Pet. 6.121 (25.10.2016); Pet. 5.970 (01.09.2016); Pet. 5.886 (30.05.2016); Pet. 5.899 (09.03.2016); Pet. 5.624 (26.11.2015); Pet. 5.737 (09.12.2015); Pet. 5.790 (18.12.2015); Pet. 5.780 (15.12.2015); Pet. 5.253 (06.03.2015); Pet. 5.259 (06.03.2015) e Pet. 5.287 (06.03.2015). Na mesma linha, registro o julgamento, em 21.02.2017, do agravo regimental na Pet. 6.138 (acórdão pendente de publicação), ocasião em que a Segunda Turma desta Corte, por unanimidade, considerou legítimo o levantamento do sigilo de autos que contavam com colaboração premiada, mesmo anteriormente ao recebimento da denúncia.

No que toca à divulgação da imagem do colaborador, cumpre enfatizar que a Lei 12.850/2013 determina que, sempre que possível, o registro das respectivas declarações deve ser realizado por meio audiovisual (art. 4º, §13). Trata-se, como se vê, de regra legal que busca conferir maior fidedignidade ao registro do ato processual e, nessa perspectiva, corporifica o próprio meio de obtenção da prova. Em tese, seria possível cogitar que o colaborador, durante a colheita de suas declarações, por si ou por intermédio da defesa técnica que o acompanhou no ato, expressasse insurgência contra tal proceder, todavia, na hipótese concreta não se verifica, a tempo e modo, qualquer impugnação, somente tardiamente veiculada.

Assim, considerando a falta de impugnação tempestiva e observada a recomendação normativa quanto à formação do ato, a imagem do colaborador não deve ser dissociada dos depoimentos colhidos, sob pena de verdadeira desconstrução de ato processual perfeito e devidamente

INQ 4385 / DF

homologado.

Por fim, as informações próprias do acordo de colaboração, como, por exemplo, tempo, forma de cumprimento de pena e multa, não estão sendo reveladas, porque sequer juntadas aos autos.

À luz dessas considerações, tenho como pertinente o pedido para levantamento do sigilo, em vista da regra geral da publicidade dos atos processuais.

5. Ante o exposto: (i) determino o levantamento do sigilo dos autos; (ii) defiro o pedido do Procurador-Geral da República para determinar a instauração de inquérito em face do Deputado Federal Marco Aurélio Spall Maia, com a juntada dos documentos apontados na peça exordial; (iii) ordeno a remessa dos autos à autoridade policial para que, no prazo de 30 (trinta) dias, atenda às diligências especificadas no item "a" (fls. 6-7) pelo Ministério Público; (iv) atribuo aos juízes Ricardo Rachid de Oliveira, Paulo Marcos de Farias e Camila Plentz Konrath, magistrados lotados neste Gabinete, os poderes previstos no art. 21-A do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal para o trâmite deste feito.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 4 de abril de 2017.

Ministro EDSON FACHIN

Relator

Documento assinado digitalmente